

# Empresário critica pacote para cobrir déficit público

A não divulgação do pacote econômico do governo, como havia sido anunciado, causou surpresa no meio empresarial, financeiro e sindical gaúcho. Mesmo assim, seu possível conteúdo recebeu críticas generalizadas. O diretor do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), Alécio Ughini, disse que há "uma sonegação muito grande na área da indústria, mas certamente o pacote não falará nisso", e tampouco a diferença entre o lucro e as despesas financeiras será tributada, disse ele. Já o advogado tributarista Renê Izoldi Ávila considerou "um blefe" a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos, já que "isso ocorreria em janeiro, com a correção normal do atual limite".

Para Alécio Ughini, qualquer pacote que "vá procurar tirar da população e empresas Cr\$ 65 trilhões para tapar o déficit público, não pode ser bem visto". O governo está agindo mal, em sua opinião, pois deve procurar melhorar a arrecadação com uma "fiscalização rígida para conter a sonegação, que é incalculável no centro do País", e tributar a especulação financeira. Caso fossem tributados os lucros das empresas obtidos no mercado financeiro, Ughini acredita que em vez de especularem, esses empresários in-



vestiriam "em seu setor, modernizando o equipamento e fazendo ampliações".

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (foto), elogiou ontem, em Porto Alegre, o novo pacote econômico do governo porque, no seu entender, não afeta o setor produtivo e as pequenas e médias empresas, mas taxa preferencialmente os ganhos especulativos no mercado de capitais. Para ele, esta é uma decisão justa.

O empresário acrescentou, no entanto, ter informações "extra-oficiais" de que o pacote irá criar um fundo de apoio a reinvestimentos, taxando com uma "contribuição compulsória" todas as grandes empresas que tenham lucros financeiros superiores às suas despesas financeiras. Esta "contribuição" só será devolvida às empresas depois de 12 meses com correção monetária, mas poderá ser liberada antes disso se os contribuintes decidirem comprovadamente reinvestir os lucros taxados. Franco disse também ter "certeza" de que o governo complementará o pacote com uma decisão da maior importância: cortar efetiva e seriamente os gastos públicos.

Neste sentido, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Octávio Vieira, acha "positiva" a informação de que o pacote irá determinar cortes da ordem de 10% na folha de pagamentos, 10% nos gastos gerais com administração e 20% nas despesas com convênios de assistência firmados com terceiros como forma de diminuir gastos. Vieira só

não tem certeza se isso será suficiente para provocar o equilíbrio desejado pelo governo, de mais de Cr\$ 60 trilhões em arrecadação de impostos e menos igual valor em despesas públicas.

A contenção dos "déficits" governamentais sempre foi apontada pelo presidente da Fiergs como a única alternativa realmente eficaz de equilíbrio das finanças públicas.

Pela ótica dos sindicalistas do ABC, o atual governo, ao apresentar os pontos básicos do pacote fiscal, continua agindo da mesma forma que os governantes da Velha República, ou seja, "punindo os que trabalham". Pelo menos essa é a análise feita por Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e membro da Central Única dos Trabalhadores - CUT, para quem "de pouco adianta o governo isentar de impostos os que ganham menos de Cr\$ 3 milhões e ao mesmo tempo taxar mais as empresas que inevitavelmente repassarão o aumento da carga tributária aos preços de seus produtos, que são consumidos pelo trabalhador de baixa renda".

O ideal, segundo ele, seria o governo isentar de impostos os produtos alimentícios. "Ao se comprar um alimento, o preço em que já vem embutido o ICM e IPI, por exemplo, é o mesmo para quem ganha 3 milhões ou 100 milhões. Essa é uma injustiça fiscal que não foi corrigida. Nos Estados Unidos não se tributa produtos alimentícios e sim o lucro das empresas do setor", explica Miguel Rupp.